



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

**UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA E O SISTEMA CAPITALISTA, E SUA RELAÇÃO COM AS CLASSES SUBALTERNAS - ASPECTOS QUE REFLETEM NA LUTA COTIDIANA DAS MULHERES EXTRATIVISTAS.**

**MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA MENDONÇA<sup>1</sup>**

**RESUMO**

O artigo reflete aspectos da formação da sociedade brasileira, com ênfase na consolidação do Capitalismo no Brasil, seus rebatimentos nas classes subalternas, em especial as mulheres extrativistas catadoras de mangaba de Sergipe. Para isso, contextualizou-se sobre o resgate teórico da formação sócio histórica da sociedade e os contextos sociais, políticos e econômicos.

**Palavras-chaves:** Formação sócio histórica do Brasil; Mulheres extrativista; Catadoras de Mangaba

**ABSTRACT**

The article reflects aspects of the formation of Brazilian society, with an emphasis on the consolidation of Capitalism in Brazil, its repercussions on the subaltern classes, especially women extractive mangaba collectors from Sergipe. To this end, it was contextualized on the theoretical rescue of the socio-historical formation of society and the social, political and economic contexts.

**Keywords:** Socio-historical formation of Brazil; Extractive women; Mangaba pickers

**1. INTRODUÇÃO**

A formação sócio histórica e política da sociedade brasileira, diante da consolidação do Capitalismo no Brasil foi a abordagem que inspirou a formulação deste artigo, assunto debatido na primeira unidade da disciplina Fundamentos do Serviço Social, ministrada no

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, sendo este apresentado como trabalho final da mesma.

Parte-se dos pressupostos que tal levantamento teórico auxiliará na reflexão sobre o processo de formação da sociedade brasileira, assim como a formação ideopolítica que a envolve, possibilita um olhar analítico para a organização das mulheres extrativistas catadoras de mangaba do Estado de Sergipe, objeto de estudo no mestrado.

O presente artigo tem por objetivo analisar a origem da formação sócio histórica da sociedade brasileiro e como este influencia seu olhar para a mulher extrativista, sua relação com o trabalho e território, a partir do debate de apropriação/ desapropriação das relações sociais que envolvem esses sujeitos na produção e reprodução de suas vidas.

Assim, consolida-se um resgate teórico e bibliográfico, possibilitado por leituras de Mandel, Coutinho, Netto, Saffioti, Cisne, entre outros, com a intenção é alinhar aspectos de formação da sociedade brasileira a um debate inicial da percepção dessa sociedade sobre a existência de mulheres extrativistas catadoras de mangaba. A ideia é responder o seguinte questionamento: “Como a formação social e histórica do Brasil influencia no olhar sobre as mulheres catadoras de mangaba? ”. A conexão entre a formação sócio histórica brasileira e olhar sobre as mulheres extrativistas, seu trabalho e as expressões da questão social que as cercam, se determinam por um conjunto estereotipado de valores que precisam ser questionados.

Para tanto, o debate segue com dois tópicos analíticos referentes primeiramente a formação sócio histórica da sociedade brasileira com foco o sistema capitalista, seguido de alguns pontos reflexivos da condição da mulher catadora de mangaba frente essa sociedade e das considerações finais.

## **2. CAPITALISMO NO BRASIL E AS ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DE SUA SOCIEDADE**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Desde o princípio da formação sócio histórica do Brasil, o processo de descoberta e colonização tem características de autoritarismo, exploração e subserviência ao pensamento exterior. Sendo essa uma escolha consciente das oligarquias brasileiras a fim de manter o poder nas mãos dos poucos mesmos, esses aspectos tornaram-se traços muito fortes da forma de pensar do povo brasileiro sobre seu Estado Nação.

Centrando o processo analítico de organização a partir da consolidação do Capitalismo Monopolista, o modelo de financeirização do Capital inaugura um tempo de disputas pela partilha de terras pelos países tradicionalmente desenvolvidos. Assim, com base nas novas tendências econômicas dos séculos IX e XX, que concretiza o imperialismo dominando mercados tradicionalmente agrícolas com o Brasil, mapeados como novos mercados fornecedores de matéria-prima e consumidores de produtos industrializados.

A expansão dos mercados é demandado pelo processo de desenvolvimento do próprio Capitalismo, dividido em 3 fases: Capitalismo de Mercado, pensado pelos mercados domésticos (1700 - 1850); Capitalismo Monopolista, partindo do pós-guerra, o desenvolvimento imperialista, consolidação de mercados internacionais e exploração de territórios coloniais (1850 - 1960); Capitalismo Tardio, caracterizado pela expansão da capacidade produtiva, desenvolvimento tecnológico, superprodução e redução do emprego industrial (1960 – Dias atuais). (MANDEL, 1982)

O Capitalismo Monopolista surge no fim do século XIX e se determina até os dias atuais, como expressão do Imperialismo na consolidação dos monopólios e capital financeiro. Suas bases se estabelecem a partir da produção e reprodução numa escala global, na busca pelo superlucro. Para tanto, o processo de organização para a partilha econômica do mundo a partir da luta pelo território econômico, da qual o Brasil é foco.

Mandel (1982) contribui para a referida análise quando destaca que o Capitalismo Monopolista consolida o Imperialismo, a partir da concentração da produção e do capital pelos monopólios, da fusão do capital bancário e industrial como capital financeiro, da exportação dos capitais, da formação de associações internacionais monopolistas, e por fim pretende a partilha territorial, política e econômica das relações pela via do Capital.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Neste sentido, o Imperialismo gesta relações de uma acumulação severa para poucos que aflora relações desumanizadas e de exploração que precisam de resposta, destacando com aspectos desse movimento os formatos diversos de concentração de produção, pelas disputas por fontes de matérias primas, pelo fortalecimento do Capital financeiro, fruto da Política de Colonização. (LENIN, 2012)

Voltando-se para esse processo no Brasil, e pensando na consolidação das bases capitalistas, destaca-se que não existe um padrão único de desenvolvimento do capitalismo, não havendo nesta perspectiva uma reprodução das características desenvolvidas nas nações centrais e hegemônicas, consolidando um capitalismo assume características próprias, previsíveis em nações periféricas e heteronômicas, sendo ou não de origem colonial. (COUTINHO, 2005)

O advento do Brasil como um país capitalista vem da consolidação da economia monopolista que se apropria da mais valia dos setores não monopolizados, determinado pela formação de carteis que rateiam o mercado mundial como forma de manutenção dos crescimentos e dos lucros. Percebe-se assim, que não houve nessa perspectiva: Ruptura com a associação dependente frente ao mercado exterior; Desagregação completa das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação, considerando a produção agrícola e os formatos de trabalho escravista; e Superação do subdesenvolvimento, no processo de produção e construção de conhecimento. (COUTINHO, 2005)

Assim o Brasil é considerado um exemplo do que se denominou de Capitalismo Tardio, impulsionado por conceitos como multinacionalismo, globalização, consumo de massa e internacionalização dos fluxos de capitais, para superação de um formato de crise do Capital. Em âmbito mundial, esse processo de desenvolvimento do capitalismo evidencia seu caráter desigual e combinado, apresentando respostas únicas para formatos de desenvolvimento diferentes entre países.

Mandel (1982) caracteriza esse movimento do capital como desigual e combinado, considerando a expansão do capitalismo em âmbito mundial, influenciado pela hierarquização entre países especializados em certos produtos, na divisão internacional



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

do trabalho, assim como os países desenvolvidos estabelecendo relações de domínio e exploração sobre os menos desenvolvidos.

Na perspectiva de consolidação do Capitalismo no Brasil, passa-se a pensar a função da burguesia local e seus processos de dominação/ exploração, destacando que a condução do desenvolvimento capitalista brasileiro atendeu a interesses de suas classes dominantes, que se manteve comprometida com a dominação imperialista externa, excluindo a possibilidade de avanço para a grande parte da população que não perceberam em seus cotidianos grande mudanças.

Esse processo é historicamente visto como característica da classe dominante brasileira e sua opção de “revolução pelo alto”, de acordo com Florestan Fernandes (1976, p. 51) é importante destacar “A forma pela qual se operou a emancipação do Brasil [tem] o caráter de ‘arranjo político’ (...).Fez-se a independência praticamente à revelia do povo; (...) é fruto mais de uma classe do que da nação tomada em seu conjunto.”

Assim, a condição de dependência e subdesenvolvimento sentidos na história do Brasil não foram apenas uma imposição externa, mas uma demanda da nossa classe dominante, determinado por seus interesses egoístas e particulares, inexistindo senso de nação, desenvolvimento e soberania. Esse contexto ainda comporta uma opção por inviabilizar a universalização do trabalho livre, da integração nacional do mercado interno e do sistema de produção genuinamente capitalistas.

Coutinho (2005) ao analisar a produção de Caio Prado Junior sobre esse processo e destaca que o velho latifúndio se tornou capitalista sem perder muitas de suas velhas características, em particular o uso e o abuso de formas de “coerção extra econômica” sobre o trabalhador, analisando que o mesmo se deu por uma adaptação da “grande exploração rural” escravista, herdada da Colônia, ao capitalismo, conservando além da grande propriedade, traços servis nas relações de trabalho.

Nesta mesma obra, analisa ainda a contribuição de Florestan Fernandes e conclui que a burguesia brasileira preferiu se aliar às velhas classes dominantes e aos segmentos

militares em vez de tentar um compromisso permanente com as classes subalternas, compromisso que, se realizado, implicaria uma ampliação dos direitos de cidadania.

A Revolução Burguesa no Brasil, só se dá pelo processo de interesses das elites agrícolas e seu caráter agroexportador que servem ao Imperialismo Externo. De acordo com Florestan Fernandes (1976), o Brasil passou do Capitalismo Concorrencial ao Monopolista, de forma particular não seguindo o modelo dos países desenvolvidos. Assim, a Burguesia Rural se insere no comércio global e todo o desenvolvimento acontece numa perspectiva de atendimento dos interesses dos países dominantes, de fortalecimento de um polo industrial.

A considerada emergência comercial frente a organização econômica mundial pressiona pela formação do capitalismo competitivo no Brasil e esse dependia do grau de evolução do mercado capitalista moderno que precisava expandir seu tamanho, diferenciação e intensidade financeira, sendo esse de certo modo bloqueado pelo sistema de produção escravista. A aristocracia agrária e os grupos ligados a exportação e importação buscavam a consolidação e expansão do mercado capitalista moderno internamente, o que ocasionou a necessidade do fim da escravidão. (FERNANDES, 1976)

No Brasil, a expansão do capitalismo monopolista assume as características dos modelos mais pobres, dependentes e subdesenvolvidos da periferia, a partir das escolhas e pactuações da classe dominante. Como consequência, a partir 1930 a vida em cidades urbanas se intensifica, a abertura dos portos diante do fim da segunda guerra mundial, a chegada de empresas de capital internacional e a imigrantes procurando oportunidades de vida, impulsionou a intensificação da industrialização pesada, na chamada “revolução pelo alto”.

A vida urbana não se consolida como avanço social, considerando que as cidades não são preparadas para receber as fábricas e os contingentes de trabalhadores que vinham das expulsos da produção agrícola, da abolição da escravatura e dos países europeus no pós-guerra. Os trabalhadores, muitos com pouca escolaridade, com marcas do fim da

escravidão, se viam envolvidos numa industrialização que só beneficiava aos grandes industriais.

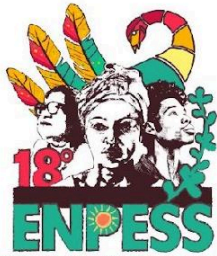
Neste processo trabalhadores assalariados ligados ao processo de produção e o compartilhamento dos mesmos com os imigrantes que traziam experiências de organização proletária fez surgir também o movimento operário numa perspectiva sindical e a necessidade de intervenção do Estado. Neste período as respostas ainda se fizeram necessária pelo ideário de “comunismo” que permeava a América Latina, o que fez surgir as políticas sociais inicialmente na proteção do trabalhador.

Na década de 1950 ocorre um a mudança de forma não abrupta, mas gradualmente consistente, determinada por 3 fatores distintos: a decisão externa de converter o Brasil numa economia monopolista dependente; o aporte de recursos das economias centrais, que determina a consolidação da dívida externa; o deslocamento empresarial, trazendo seu modelo de organização.

Neste sentido, surgiu como consenso o discurso burguês de defesa da soberania econômica e política do Brasil, desencadeando o processo de militarização e ditadura em que o Estado assume o domínio dos rumos do país junto aos mercados internacionais, numa ação patrocinada pela burguesia dominante, que submetia a população em geral aos mandos e desmandos em nome dos “interesses da nação”. (NETTO, 2004)

Nos anos de 1980 outras possibilidades se abrem para o Capital e a burguesia brasileira volta a se movimentar, somada a pressão popular por abertura política desenvolvida em toda a década de 1970, dá-se o processo de redemocratização do país. A organização da classe trabalhadora, a anistia política e a resistência de movimentos sociais por liberdade do pensar gestou um campo fértil, para as mudanças organizativas na estrutura social brasileira, sua relação com o Estado, e a formatação de legislações sociais numa perspectiva cidadã. (FERNANDES, 1976)

No Brasil entre os anos 1990 e 2000 o processo de retração/ avanço dos direitos e espaços de luta de classe tem se misturado ao movimento do Capital a nível mundial em sua trajetória de crise, super exploração e superlucro. A financeirização do Capital e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

condição de um Estado a disposição deste capital sinaliza para os brasileiros ainda menos sentido de pertencimento e de cidadania.( BOSCHETTI, 2018)

Esse processo consolidou o formato de capitalismo que nos prende até os dias atuais, o tipo de sociedade que temos hoje no Brasil é resultado de todo o processo histórico e social iniciado com a colonização, segundo Cisne (2013, p.201), “somos síntese de um passado de dominações e explorações com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcado”.

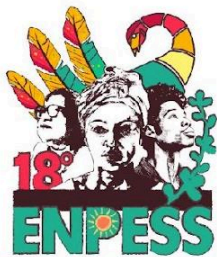
Assim, refletimos o processo de constituição e transformação das bases sócio históricas da sociedade brasileira base para o tópico seguinte que é determinado pelos rebatimentos desses compilado de características reflete na luta das mulheres brasileiras, em especial das mulheres extrativistas catadoras de mangaba do Estado de Sergipe.

### **3. ASPECTOS DA RELAÇÃO DAS ORIGENS DA SOCIEADE BRASILEIRA CAPITALISTA E O OLHAR SOBRE MULHERES EXTRATIVISTAS TRABALHADORAS DA CATA DA MANGABA**

As relações capitalistas originariamente entendem a mulher numa perspectiva de continuidade na condição de submissão, no tocante ao entendimento de regimes de produção anteriormente pensados. Historicamente o gênero vive a contradição do processo de dominação, onde mulheres são submetidas ao domínio masculino, justificado pela necessidade de proteção e restrição de força física, que combinado com o controle do corpo feminino reforça a cultura da família monogâmica e consolidação da propriedade privada (ENGELS, 2010).

As relações sociais frente ao capital transformam também o papel de homens e mulheres no processo de produção e reprodução social, fortalecendo a lógica do patriarcado (CISNE; SANTOS, 2014). A partir do final do século XIX e metade do século XX, com a disseminação do capitalismo em sua fase industrial pelo mundo, as mulheres passam a





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ser inseridas na linha de produção e reprodução social, sendo retiradas do ambiente privado para o âmbito público, sendo os seus processos de submissão também expostos.

No capitalismo, o processo de individualização contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão para o trabalho da mulher: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina; e no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p.65-66).

Na formação sócio histórica brasileiro processo de submissão da mulher é reforçado pela origem da estrutura familiar adaptada de acordo com a cultura portuguesa, essencialmente patriarcal, conservadora e religiosa, expressando aspectos de autoritarismo e violência. Ademais, a estrutura familiar brasileira não se constituía exclusivamente com a família nuclear ou de sangue, agregava além dos filhos, escravos, servos, afilhados e pessoas intermediárias dependentes, a família aumentada, estendendo a dominação da dimensão privada para a pública e o controle masculino. (FREYRE, 2003)

No ambiente das relações do capital a condição de subordinação da mulher tende a ser perpetuada, porém a vivência em coletividade e tomada de consciência do processo de exploração faz emergir o movimento feminista. Nesta perspectiva, de acordo com Sorj (1992) três elementos centrais são destacados na fundamentação teórica do feminismo: a universalidade da categoria gênero, uma experiência comum e coletivamente compartilhada; a maneira pela qual a teoria feminista constrói um sujeito coletivo a partir da visibilidade das mulheres; criação de uma utopia emancipatória das mulheres ocupando espaços públicos.

O movimento feminista brasileiro nasce na década de 60 do século XX com necessidades aproximadas de superação dos parâmetros filiação e herança que determinam a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

hegemonia da naturalização dos sexos, e se fortalece quando se inseri na luta democrática, evidenciando condições de trabalho, papel familiar e igualdade de direitos políticos. (FALQUET, 2008). A movimento feminista brasileiro dá visibilidade à questão da mulher, especialmente em resistência ao autoritarismo da ditadura (SARTI, 2004).

Entre o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 movimentos feministas classistas como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) que passam a liderar a luta anticapitalista pelo processo de auto-organização de mulheres e articulação outras organizações da classe trabalhadora, com o intuito de fortalecer uma sociedade sem opressão de mulheres, sem racismo, sem exploração de classes e de preservação do meio ambiente. (CISNE; SANTOS, 2014)

Assim, os movimentos sociais de mulheres rurais cresceram em grupos organizados: os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento interestadual de Quebradeiras de Coco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR), o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento de Mulheres camponesas (MMC), que é nosso objetivo de estudo, sendo aprofundamento no decorrer desta discussão (SALES, 2007).

Pensar a organização de mulheres envolve também o entendimento a respeito do território, sendo sua configuração formada do conjunto de sistemas naturais de uma área ou espaço determinado, e pelo o que é socialmente acrescentado como demanda da vida em sociedade, se sobrepondo a mero espaço, configurando uma materialidade diante das necessidades humanas (SANTOS, 1996)

Os movimentos sociais compostos e liderados por mulheres extrativistas emergiram também na busca desse reconhecimento associado ao direito à diferença, quer seja na forma de gestão do recurso natural, quer seja no modo de viver as relações sociais de gênero (PORRO, 2002). Em Sergipe o movimento de Catadoras de Mangaba se constituindo como sujeito coletivo a partir dos anos 2000, com o apoio da EMBRAPA, e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

tinha como demanda o em sua origem de luta na resistência contra a privatização dos recursos de uso comum, como as terras ou campos de mangaba, acessados por diversas formas.

Um levantamento histórico junto aos grupos de catadoras resistentes davam conta de um processo de disputa pelo plantio de colheitas mais vendáveis como a mandioca, e tratavam à cata da mangaba para comercialização desde a década de 1970 como possível, porém sazonal. A construção da Linha Verde e a valorização/especulação imobiliária das terras passou a ser outro fator de forte disputa, que incluía a derrubadas das árvores de mangaba, diminuindo o potencial de coleta. (PORRO; MOTA; SCHIMITZ, 2010)

O Processo de mobilização social das catadoras de mangaba de Sergipe se deu pela de reconhecimento das mesmas como comunidade tradicional, foi canalizado pela realização de dois encontros estaduais. O I Encontro das Catadoras de Mangaba, em 2007, que pela primeira vez, publicamente, elas se reconheceram como catadoras, com a fundação do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) naquele mesmo ano. Demandando uma série de cursos de capacitação que se seguiram e, em 2009, foi realizado o II Encontro das Catadoras de Mangaba. (PORRO; MOTA; SCHIMITZ, 2010)

Como marco legal, e sinônimo de conquista da luta das mulheres, existe o Decreto 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tendo como “principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. ” Outro exemplo de reconhecimento, é a Medida Provisória 2.186/16 de 2001, que objetiva proteger o patrimônio genético e o conhecimento tradicional a ele associado. (PORRO; MOTA; SCHIMITZ, 2010, p.123)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

De modo geral, mesmo com algumas conquistas, as mulheres ainda enfrentam a construção simbólica e social de que o seu trabalho não é produtivo, sendo considerado secundário. A complementaridade do trabalho feminino em comunidades tradicionais denota a construção social da invisibilidade da atuação mulher; a negação desta enquanto sujeito no espaço. (SANTOS; SOUZA, 2016, pg. 13)

Por outro lado, a valorização da mangaba no cenário nacional despertou dois aspectos importantes: 1. O interesse de homens em participar da atividade, como um novo olhar para o trabalho; e 2. O aumento das cercas nas áreas da cata, o que tendem a impedir a entrada daquelas que desenvolvem a atividade. Assim, as mulheres catadoras seguem a construir uma identidade específica na sua territorialidade, seu trabalho e sua fonte de renda, superando processo de invisibilidade, fortalecendo e disputando o poder que lhes é expropriado. (SANTOS; SOUZA, 2016)

Todavia, é importante destacar que toda a narrativa até o momento vem no sentido de refletir a condição da mulher nas mais diversas possibilidades dentro do sistema capitalista, mesmo tendo a percepção do contexto imposto de subalternidade, exclusão e domínio pela figura da masculinidade, expressa nas relações sociais.

Assim, no Capitalismo considerando as apropriações advindas das relações de raça e sexo, acredita-se que estas fortalecem a dinâmica de exploração sobre a força de trabalho, com amplo contingente humano disponível, que aceitam os mais baixos salários e os trabalhos mais precários e, por conseguinte, aumenta sua capacidade de exploração associada a essas apropriações (CISNE, 2015, p.145 -146).

Por fim, pensamos os processos de apropriação/expropriação como latentes no desmonte da organização e na credibilidade do potencial das mulheres outras minorias para fazer frente aos processos desiguais e combinados que permeia historicamente sua relação com o trabalho, com terra, com as formatações familiares diversas, e com os diversos formatos de reprodução da vida.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se estabeleceu em sua concretude como um breve ensaio para o debate que vincula o desenvolvimento sócio histórico da sociedade brasileira, especialmente no sistema capitalista e seus rebatimentos no cotidiano das mulheres extrativistas catadoras de mangaba do Estado de Sergipe, foco do meu estudo no Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe.

De fato, a reflexão da temática do estimulada a partir da leitura e debate das aulas da disciplina Fundamentos do Serviço Social, que abordou vários aspectos da temática. Neste sentido, foi um processo de amadurecimento teórico que marcará toda a trajetória que se seguirá para a construção da dissertação, a ser elaborada posteriormente.

Pensando o processo de formação sócio histórica da sociedade brasileira, percebemos que este sempre esteve vinculado aos segmentos dominantes, sem grandes arestas, com relações de estreitamento entre os “sujeitos do poder” e distanciamento das camadas populares. Fortalecendo ainda mais esse movimento quando se consolidou o Capitalismo como sistema produtivo, num processo tardio, com caracterização desigual e combinado.

Esse movimento de afastamento adotado pela burguesia brasileira foi a estratégia de manutenção do poder, considerando que a mesma seria incapaz de renunciar a estruturas autocráticas de dominação, já que tal renúncia poria seriamente em risco não só o seu poder, mas a sua própria existência como classe. Preservando ainda um formato de autoritarismo, que reforça aspectos da desigualdade social, negação de direitos e acirramentos da questão social.

No debruçar sobre o olhar dessa sociedade sobre a mulher, as questões de gênero são subjugadas pelos preceitos do patriarcado para a manutenção do poder, frente dos debates de ainda possíveis sobre raça, sexualidade, mercado de trabalho e condição sócio econômica. Percebendo na sociedade brasileira é determinado a mulher um lugar de minoria, espelho do que preconiza os postulados do próprio capitalismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Neste sentido, fazendo frente ao processo de desigualdade estrutural imposto ao corpo feminino, as mulheres vêm desenvolvendo uma organização frente ao movimento feminista que tem ao longo da história mostrado sua força, conquistado espaço político e técnico, legislações que auxiliam na proteção, redes de apoio sócio assistencial, a fim de burlar todo o processo de expropriação a que são submetidas no cotidiano.

As mulheres extrativistas catadoras de mangaba se encontram nessa luta com as demais, superando negações nos mais diversos campos: trabalho, educação, saúde, lazer, entre outros formatos de políticas. A luta é marcada pela superação de todas as formas de desigualdade que insiste em limitar o feminino e os processos que o cercam, a partir de uma condição de subalternidade histórica que precisa ser desconstruída em todos os níveis, incluindo a construção de conhecimento para desmistificar qualquer tipo de preconceito sobre essa comunidade.

## REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. Cap. I: O sentido de Estado social capitalista. In.: BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. Pp.23-69

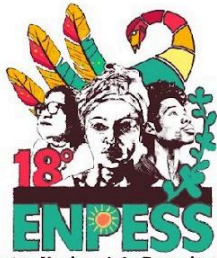
BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2014.

CISNE, M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 18, n.1, p.138-154, jul. /dez. 2015.

CISNE, M. Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. São Paulo: Cortez, 2014.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” no globalização neoliberal. *Mediações*, Londrina, V. 13 n 1-2, p. 121-142, jan/dez. 2008

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Cap. 6. COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 3.<sup>a</sup> Ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Capítulos VI e VII

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 37-74.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Capítulos II, p. 29-49; Capítulos III, p. 51-73

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 01. Vol. 1 Cap. XIII. São Paulo. Civilização Brasileira. P.449

NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PORRO, Noemi M; MOTA, Dalva M da; SCHIMITZ, Heribert. *Movimentos Sociais de Mulheres e Modos de Vida em Transformação: Revendo a questão dos recursos de uso comum em Comunidades Tradicionais*. In: *Raízes*, v. 30, n 2, p. 111-126, jul-dez/2010

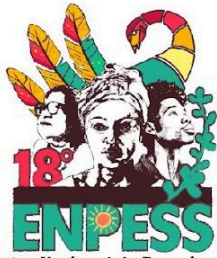
SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALES, Celecina de Maria Veras. *Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos* in: *Estudos femininos*. Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto, 2007

SANTOS, E. A; SOUZA, R. M. *TERRITORIALIDADE DAS CATADORAS DE MANGABA NO LITORAL SUL DE SERGIPE*. In: *Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, número especial (3), p. 629 - 642, Fevereiro. 2016 ISSN:2178-0463

SANTOS, M. *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996

SARTI, C. A. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/UFSC, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In: Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.